



Circular Economy strategy FRAMEwork for sustainable SMEs

IO3: Guia de Implementação de Estratégias de Economia Circular

Isenção de responsabilidade:

Projeto n.º 2020-1-EL01-KA202-078870



Cofinanciado pelo
Programa Erasmus+
da União Europeia

O apoio da Comissão Europeia para a produção desta publicação não constitui um endosso aos conteúdos que refletem apenas as opiniões dos autores e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.



SIGMA



1.4. Fatores legais

É frequente as PME percecionarem o fator jurídico como um obstáculo na sua transição para a EC, devido à inflexibilidade dos quadros legislativos nacionais e da UE e à lentidão das alterações legislativas. No entanto, a EC é uma prioridade fundamental na União Europeia, e os decisores visam criar um ambiente regulatório favorável à transição para um sistema económico sustentável.

Existe uma forte interconexão entre os fatores políticos e legais. Os quadros e estratégias políticas preveem as orientações legislativas a longo prazo. O conhecimento das estratégias europeias torna possível o planeamento a longo prazo, uma vez que a legislação nacional deve seguir as Diretivas Europeias. Dependendo da intenção dos decisores, a legislação pode ser uma barreira ou um motor do ponto de vista das PME. É necessário reformar as regras para criar iniciativas para mudar as práticas comerciais atualmente insustentáveis, as políticas existentes e a legislação, mas os governos devem ser cautelosos¹. Os quadros jurídicos podem ser uma barreira para as PME com uma abordagem reativa, que adaptam os seus processos apenas para evitar sanções, mas estas mudanças também podem ser impulsionadoras se as PME os incorporarem na sua estratégia de forma proactiva.

O primeiro passo para uma PME na exploração dos benefícios do enquadramento legal é o de identificar as legislações relevantes que afetam as PME. Esta pesquisa pode ser desafiante porque no campo da EC existem normas setoriais e genéricas. Todos os documentos legais da UE no EUR-Lex estão disponíveis em todas as 24 línguas oficiais da UE e o site é atualizado diariamente. Usar Pesquisa Avançada e selecionar temas, ajuda a encontrar a legislação certa.

Por exemplo, se um operacional de uma PME pretende encontrar informações sobre reciclagem, deverá selecionar o tema *ambiente - > política ambiental - > reciclagem de resíduos*, selecionar *legislação* e o website lista todas as diretivas e regulamentos relevantes.

Além da legislação europeia, os operacionais das PME devem estar cientes das regras nacionais, uma vez que os estados-membros transpõem as leis da UE – principalmente as diretivas – para a sua legislação nacional. A transparência e a facilidade de utilização dos portais de legislação nacional variam muito de país para país. Um portal de legislação nacional complicado pode ser uma barreira para uma PME que pesquise informações jurídicas válidas. Está disponível um guia útil² para saber pesquisar a transposição nacional, mas nem toda a legislação nacional pode ser encontrada nesta base de dados.

¹ <https://www.edie.net/definition/Circular-Economy-Package/144>

² <https://eur-lex.europa.eu/collection/n-law/mne.html>

O fator jurídico pode ser visto como um impulsionador caso as mudanças na legislação sejam comunicadas atempadamente e as PME forem informadas sobre as etapas seguintes e as potenciais oportunidades. Por exemplo, no caso da proibição do plástico descartável, as PME bem informadas tiveram tempo para mudar as suas matérias-primas utilizadas ou encontrar novos fornecedores, mas as menos preparadas podem mesmo enfrentar sanções ou perdas significativas no mercado. As PME não têm a capacidade de estar a par de estratégias e políticas, mas a leitura do novo Plano de Ação para a EC poderá influenciar os planos de negócio a longo prazo. O Plano de Ação para a EC não é um documento legal, mas define futuras iniciativas legislativas para facilitar a transição circular e minimizar os encargos para as pessoas e as empresas.

Algumas ações futuras preconizadas pelo Plano de Ação que demonstram a importância do fator legal:

- Proposta legislativa para a iniciativa de políticas de produtos sustentáveis em 2021.
- Medidas legislativas e não legislativas que estabelecem um novo "direito à reparação" em 2021.
- Quadro político para plásticos de base biológica e plásticos biodegradáveis ou compostáveis em 2021.

Se uma PME não conseguir identificar ou compreender a legislação, existem várias organizações que podem fornecer serviços de consultoria jurídica gratuitos. Uma delas é a Rede Europeia de Empresas (Enterprise Europe Network). O gabinete regional pode responder a questões legais ou auxiliar se uma PME experienciar quaisquer regras, decisões ou procedimentos discriminatórios injustos. Além disso, é importante notar que as PME podem participar nos processos legislativos. Os cidadãos e as empresas podem partilhar as suas opiniões sobre as novas políticas da UE e as leis existentes, participando em consultas públicas da Comissão Europeia.